

## TERRA FLUXUS

*Texto de James Corner*

*Tradução:*

*Pierre-André Martin*

Paysagiste DPLG pela École Nationale Supérieure du Paysage de Versailles, especialista em meio ambiente pela COPPE/UFRJ.

Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Contato: pierre\_martin@puc-rio.br

*Luciano Alvares*

Arquiteto, mestre em Design pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Supervisor do Laboratório de Volumes e Canteiro Experimental.

Nos primeiros anos do século XXI, um termo que parecia antiquado – paisagem – curiosamente voltou à moda. O reaparecimento dessa palavra no imaginário cultural mais amplo deve-se em parte à notável ascensão do ambientalismo e de uma consciência ecológica global, ao crescimento do turismo e à consequente necessidade de preservação da identidade singular de certas localidades, bem como aos impactos do possante crescimento urbano sobre áreas rurais. Mas o conceito de paisagem também propicia toda uma gama de associações criativas e metafóricas, especialmente por parte de arquitetos e urbanistas contemporâneos. Sem dúvida, as escolas de Arquitetura adotaram a expressão nos últimos anos, muito embora até pouco tempo atrás os arquitetos sequer soubessem (ou quisessem) desenhar uma árvore, que dirá demonstrar algum interesse por lugares e paisagismo. Porém, o que ocorre atualmente nas escolas de Arquitetura e Urbanismo não se trata de mera combinação de interesses por vegetação, terraplenagem e

planejamento local, contudo também de uma profunda preocupação com o alcance conceitual da paisagem; com sua capacidade de teorizar lugares, territórios, ecossistemas, redes e infraestruturas, e de organizar vastos campos urbanos. Em especial, as temáticas de organização, interação dinâmica, ecologia e técnica apontam para a emergência de um urbanismo mais livre, mais fiel à verdadeira complexidade das cidades e que oferece uma alternativa aos mecanismos rígidos do planejamento centralizado.

As principais escolas de paisagismo tradicionalmente entendiam o conceito de paisagem como modelo para o urbanismo, adotando técnicas de organização em grande escala em conjunto com as de projeto, expressão cultural e formação ecológica. Recentemente, alguns arquitetos-paisagistas romperam as fronteiras delimitadas de sua profissão e expandiram suas capacidades, cobrindo campos complexos do urbanismo, do planejamento e da

infraestrutura. Assim, parece que certos elementos de cada uma das profissões projetuais – Arquitetura, Paisagismo, Desenho e Planejamento Urbano – estão convergindo para uma forma de prática compartilhada, na qual o termo *paisagem* se reveste de significância central, tal como é formulado pelo *urbanismo da paisagem*.<sup>[i]</sup> Qual é a natureza exata desta prática híbrida e que transformações sofreram as definições de *paisagem* e *urbanismo*?

Esta nova colusão entre disciplinas foi antecipada pelo simpósio e exposição do Urbanismo da Paisagem em 1997, movimento originalmente concebido e organizado por Charles Waldheim, e articulado com maior profundidade em uma série de publicações.<sup>[ii]</sup> Trata-se de uma proposta de fusão entre disciplinas formando uma unidade; todavia, uma unidade que contém, ou reúne, diferenças – em questões de conteúdo ideológico, programático e cultural de cada um destes vocábulos tão pesados e contestados, “paisagem” e “urbanismo”.

Sem dúvida, boa parte do intento dessa proposta, em forma de manifesto, e dos ensaios sob essa denominação reunidos neste volume, é a total dissolução dos dois termos em uma única palavra, um único fenômeno, uma única prática. Mas ao mesmo tempo cada vocábulo permanece distinto do outro, sugerindo uma necessária ou talvez inevitável separação entre eles. A mesma coisa, entretanto, diferentes; mutuamente intercambiáveis, mas nunca completamente dissolvidos, como se fossem um novo híbrido eternamente dependente tanto do cromossomo X quanto do Y, que nunca consegue se livrar das divergentes características de seus pais.

Uma síntese dialética desta natureza é importante, pois se diferencia das tentativas anteriores de analisar os lugares urbanos como paisagens, ou de

situar a paisagem na cidade. As formas mais tradicionais com que pensamos paisagens e cidades foram condicionadas por uma ótica de diferença e oposição do século XIX. Sob esse enfoque, as cidades se dedicariam a tecnologias de construção de zonas de alta densidade, infraestrutura de transporte e desenvolvimento gerador de renda, cujos efeitos indesejáveis incluem congestionamentos, poluição e várias formas de estresse social; enquanto a paisagem, sob a forma de parques, corredores verdes, árvores de rua, esplanadas e jardins, é geralmente vista como bálsamo e respiro para os efeitos deletérios da urbanização. O exemplo mais consagrado desse enfoque é, evidentemente, o Central Park de Olmsted, concebido como um alívio para o implacável tecido urbano de Manhattan – muito embora o efeito catalisador que o Central Park tenha exercido sobre o desenvolvimento imobiliário das áreas circundantes esteja mais próximo de um modelo de urbanismo da paisagem. Nesse caso, a paisagem conduziu o processo de formação da cidade.

O paisagista dinamarquês Jens Jensen, radicado em Chicago, descreveu este sentimento ao declarar: “Cidades construídas para uma vida salutar (...) (e) não para lucro ou especulação, com áreas verdes assumindo um papel importante em seus complexos serão o interesse principal do futuro planejador urbano”.<sup>[iii]</sup> Aqui, “complexo” é um teor importante, e retornaremos a ele mais tarde; por ora, basta dizer que para Jensen, assim como para Olmsted – e até mesmo Le Corbusier em seu *Plan voisin* –, este “complexo verde” toma a forma de parques e espaços abertos verdes, acompanhados da crença de que esse tipo de ambiente trará consigo civilidade, saúde, igualdade social e desenvolvimento econômico à cidade.

Mais do que espaços estéticos e representacionais, porém, as mais significativas dentre estas paisagens

urbanas tradicionais possuem a capacidade de funcionar como veículos e caminhos ecológicos importantes: os sistemas hidrológico e de águas pluviais subjacentes à estrutura em forma de colar do parque Back Bay Fens em Boston, por exemplo; ou os corredores verdes que se infiltram por Stuttgart e trazem o ar da montanha para a cidade, funcionando ao mesmo tempo como sistema de refrigeração e de limpeza. Esses tipos de paisagens infraestruturais certamente conservarão sua importância para a saúde e o bem-estar geral das populações urbanas. Esses precedentes também materializam alguns dos potenciais mais significativos do urbanismo da paisagem: a habilidade de alterar escalas, situar tecidos urbanos em seus contextos regionais e bióticos, e projetar relações entre processos ambientais dinâmicos e a forma urbana.

Tais precedentes oferecem um desafio ao tentarmos extrair lições acerca da situação contemporânea, uma vez que evocam uma imagem cultural de “natureza”, uma imagem à qual a paisagem está firmemente vinculada. A natureza, no exemplo mencionado, é frequentemente representada por uma cena pastoril ondulando sob suave brisa, em geral considerada virtuosa, benigna e calmante, um antídoto tanto moral quanto prático às características sociais e ambientais corrosivas da cidade moderna. Esta paisagem consiste no “outro” da cidade, seu complemento essencial extraído de uma natureza exterior e excludente de todo tipo de edificação, tecnologia e infraestrutura.

Um exemplo mais complexo e contraditório é o do rio Los Angeles, que nasce nas montanhas de Santa Susana e atravessa o centro de L. A. Na realidade, o “rio” consiste em um canal de concreto construído pelo *U.S. Corps of Engineers*[iv] em resposta à séria ameaça de

enchente apresentada pelos degelos de primavera combinados ao escoamento superficial oriundo de ocupações circundantes. O canal foi projetado para aprimorar a eficiência e a velocidade da vazão das águas. Os defensores do canal encaram a “natureza” como uma força violenta e ameaçadora – e com razão. Por outro lado, arquitetos-paisagistas, ambientalistas e vários grupos locais desejam converter o canal em um corredor verde, repleto de habitats ripários, bosques, pássaros e pescadores. Estes grupos consideram que a “natureza” foi desfigurada pela paixão dos engenheiros por contenção. Discorre, a nosso ver, sobre uma reivindicação bem-intencionada, contudo equivocada, e serve para demonstrar como esse tipo de oposição persiste no imaginário das pessoas.

A disputa ocorre em duas frentes. Discute-se a inserção da paisagem nas cidades, todavia também a expansão das cidades sobre as paisagens circundantes – estas, a fonte do ideal pastoril, caracterizadas por extensos campos agrícolas, encostas arborizadas e reservas ambientais. Em 1955, o urbanista dos *megashopping centers* Victor Gruen cunhou a expressão *cityscape*[v] (paisagem urbana) em contraposição à *landscape* (paisagem). A *cityscape* de Gruen se refere ao ambiente construído de edifícios, superfícies pavimentadas e infraestruturas. Esta por sua vez é subdividida em *techno-scapes* (paisagens tecnológicas), *transportation-scapes* (paisagens de transporte), *suburb-scapes* (paisagens do subúrbio) e até *subcityscapes* (paisagens da subcidade) – estas, faixas estreitas de terra ou repletas de entulho, aquilo que Gruen denomina o “flagelo da metrópole”. Por outro lado, na visão de Gruen, a *andscape* alude ao “ambiente em que a natureza é predominante”. Ele afirma que a paisagem não é propriamente um “ambiente natural”, como em áreas selvagens e intocadas: são regiões onde a

ocupação humana moldou a terra e seus processos naturais de maneira acolhedora e recíproca. Ele cita áreas rurais e agrícolas como exemplos, invocando uma imagem de harmonia topográfica e ecológica, imersa em vegetação verde e céus azuis e límpidos. Segundo Gruen, a *cityscape* e a *landscape* já estiveram nitidamente separadas, no entanto, atualmente, a cidade derrubou suas muralhas para incorporar e homogeneizar as paisagens circundantes em um “*blitzkrieg* tecnológico” e econômico – as diversas paisagens agora estão em conflito e não possuem delimitações nítidas. [vi]

Esta imagem, na qual uma coisa supera a outra (com valores opostos associados a cada uma: nesta, a paisagem permeia a cidade, naquela outra, a cidade se espalha sobre o interior), é remanescente das discussões em torno do *Parc de la Villette*, no qual muitos arquitetos paisagistas de início condenaram a ausência de paisagem no projeto do parque, enxergando apenas construções ou “elefantes brancos”. Mais recentemente, arquitetos paisagistas corrigiram estes juízos, sugerindo que, após exames mais detalhados, percebe-se uma paisagem ainda em fase de amadurecimento prevalecendo sobre as edificações. Esse diagnóstico é muito revelador, pois – como nos casos de Jensen, Olmsted, Le Corbusier, Gruen, e seus contemporâneos, ou ainda dos diversos grupos que atualmente contestam o rio Los Angeles – ele conserva as categorias de edificação/cidade *versus* paisagem verde como duas entidades distintas: os “elefantes brancos” de *la Villette* não são reconhecidos como parte da paisagem, assim como o canal de concreto do rio não é visto como elemento paisagístico, muito embora sua função na paisagem seja puramente hidrológica.

Além disso, sabemos muito bem que cada uma dessas categorias – paisagem e urbanismo –

pertence a determinadas profissões ou disciplinas institucionalizadas. Arquitetos constroem edificações e, em conjunto com engenheiros e planejadores, projetam cidades; paisagistas constroem paisagens, sob a forma de projetos de terraplenagem, áreas plantadas e espaços abertos. Está implícita, na opinião de muitos paisagistas, a indignação com o fato de o *Parc de la Villette* ter sido projetado não por um paisagista, e sim por um arquiteto. De modo análogo, quando um arquiteto-paisagista vence uma concorrência em que os arquitetos consideram pertencer à sua área de atuação, também se ouvem comentários desdenhosos por entre dentes. Assim, esta separação antinômica e explícita entre paisagem e urbanismo persiste ainda hoje não apenas por conta de uma visível diferença entre as dimensões material, técnica e moral/utópica destes dois meios, entretanto também de uma classificação hiperprofissionalizante, complicada ainda mais por disputas de poder.

Por exemplo, outros autores já afirmaram que a paisagem tende a ser reprimida por arquitetos e planejadores, ou incorporada aos projetos apenas de forma a emoldurar e intensificar a primazia da forma urbana. Nesse caso, a paisagem é utilizada apenas como uma estética burguesa, ou uma máscara naturalista. Aliás, cada vez mais imensas empresas de engenharia estão edificando nosso mundo com tal velocidade, eficiência e rentabilidade que todas as disciplinas projetuais tradicionais (e não apenas o paisagismo) são relegadas a meras práticas decorativas, literalmente destituídas de participação no trabalho de formação espacial.

Em sentido contrário, é claro, muitos paisagistas que abraçam a causa ecológica consideram as cidades negligentes com a natureza. Embora as conquistas da preservação e regulação ambientais sejam fundamentais e impressionantes, a exclusão

da forma e dos processos urbanos das análises ambientais constitui um sério problema. Além do mais, as chamadas propostas “sustentáveis”, nos quais o urbanismo é condicionado por biomas regionais, adotam o lugar e a forma de ambientes semirrurais, premissa certamente ingênua e contraproducente. Será que os partidários destes projetos realmente acreditam que os sistemas naturais conseguem por si só lidar com os problemas difíceis do lixo e da poluição de maneira mais eficiente do que modernas instalações industriais? E será que realmente acreditam que colocando as pessoas em contato com esta imagem fictícia, a tal “natureza”, isso as tornará mais predispostas a desenvolver uma relação respeitosa com a terra e umas com as outras (isso, supondo que o deslocamento de milhões das cidades para o campo possa contribuir para a biodiversidade e a qualidade do ar e das águas)?

Nos primórdios do século XX, apenas dezesseis cidades em todo o mundo possuíam população acima de um milhão de pessoas; porém, ao fim do século, mais de quinhentas cidades ultrapassavam um milhão de habitantes, muitas abrigavam mais de dez milhões de habitantes e continuavam em expansão. A região metropolitana de Los Angeles atualmente comporta uma população de aproximadamente treze milhões, e estima-se que este número dobrará nos próximos vinte e cinco anos. Dada a complexidade das metrópoles em acelerado processo de urbanização, a insistência nestas oposições entre natureza e cultura, paisagem e cidade – mesmo que não apenas como absolutos opostos, mas também à guisa de sobreposições benignas e complementares – representa um risco de total fracasso das artes arquitetônicas e de planejamento em contribuir de forma prática ou significativa para futuras formações urbanas.

Com este texto introdutório, podemos começar a imaginar como o conceito de urbanismo da paisagem sugere uma prática mais promissora, radical e criativa do que a definida pela categorização rígida entre disciplinas. Talvez a própria complexidade do metabolismo que move a metrópole contemporânea demande uma fusão de diferenças profissionais e institucionais em uma nova arte sintética, uma prática espaço-material capaz de criar pontes entre escala e potencial com senso crítico e agudeza criativa.

Propondo um resumo esquemático dessa nova prática, posso delinear quatro temas de cunho provisório: processos históricos, preparação de superfícies, o método de trabalho ou operacional, e o imaginário. O primeiro tema versa sobre processos históricos. Nele, toma-se por base que os processos de urbanização – acumulação de capital, desregulamentação, globalização, proteção ambiental e assim por diante – são muito mais importantes no delineamento das relações urbanas do que as formas espaciais de urbanismo em si e por si próprias. A noção modernista de que novas estruturas físicas produziram novos padrões de socialização exauriu-se, fracassando por tentar conter a multiplicidade dinâmica dos processos urbanos em um sistema espacial fixo e rígido que não deriva nem é redirecionado de nenhum dos processos que nele operam. A ênfase dada aos processos urbanos não pretende excluir a forma espacial; mais exatamente, busca construir uma compreensão dialética de como esta se relaciona com processos que a permeiam, manifestam e sustentam.

Isso sugere que a atenção está sendo desviada das qualidades objetivas do espaço (quer formais, quer cênicas), voltando-se para os sistemas que condicionam a distribuição e a densidade da forma urbana. Diagramas ou mapas que descrevem o jogo destas forças são instrumentos

especialmente úteis para uma compreensão mais aprofundada dos eventos e processos urbanos. Por exemplo, tanto os diagramas de distribuição populacional do geógrafo Walter Christaller como aqueles de padrões regionais de assentamento do planejador Ludwig Hilberseimer articulam a relação de fluxos e forças com a forma urbana.[vii]

Ao comparar o determinismo formal do planejamento urbano modernista à recente ascensão da escola neotradicional do “Novo Urbanismo”, o geógrafo cultural David Harvey escreve que ambos os projetos fracassaram por presumir que a ordem espacial poderia controlar a história e processos. Harvey argumenta que “a luta” dos projetistas e planejadores reside não apenas na forma espacial e na aparência estética, contudo na promoção de “processos de produção espaço-temporais socialmente mais justos, mais emancipadores politicamente, e ecologicamente mais sãos”, em vez de se render aos processos “impostos pela acumulação descontrolada do capital, sustentada por privilégios de classe e imensas desigualdades de poder político-econômico” (HARVEY, 1990).[viii] Seu argumento é de que a projeção de novas possibilidades para urbanismos futuros deve resultar menos da compreensão da forma e mais da percepção do processo – de como as coisas funcionam ao longo do tempo e do espaço.

Ao se conceitualizar um urbanismo mais fluido e orgânico, a própria ecologia torna-se uma lente extremamente útil para efetuar análises e projeções de futuros urbanos alternativos. As lições da ecologia pretendem demonstrar como toda a vida do planeta está profundamente conectada por meio de relações dinâmicas. Depois, as interações entre elementos de um sistema ecológico são tão complexas que modelos lineares e mecanicistas demonstraram ser notoriamente inadequados para descrevê-las. Em vez disso, a disciplina da ecologia

sugere que agentes individuais atuando em ampla gama de operações produzem efeitos incrementais e acumulativos que desenvolvem continuamente a forma de um ambiente ao longo do tempo. Assim, relações dinâmicas e agências de processos ganham destaque no pensamento ecológico, no qual uma determinada forma espacial é vista como puramente provisória, em vias de tornar-se algo diferente. Consequentemente, condições aparentemente incoerentes ou complexas que aparentam ser fruto do caos ou do acaso podem revelar-se entidades altamente estruturadas que abrangem determinadas ordens espaciais e geométricas. Neste sentido, as cidades e infraestruturas são tão “ecológicas” quanto os rios e as florestas.

Desde a publicação de *Design with nature* de Ian McHarg, em 1969, arquitetos-paisagistas trabalharam muito no desenvolvimento de técnicas ecológicas para o planejamento e desenho de lugares. Todavia, por uma série de razões, algumas mencionadas acima, a ecologia foi aplicada apenas ao que se chama de “meio ambiente”, que geralmente é concebido como algo pertencente à “natureza” e exterior à cidade. Até aqueles que incluíram a cidade na equação ecológica o fizeram apenas de uma perspectiva dos sistemas naturais (hidrologia, fluxo de ar, comunidades vegetais e assim por diante). Ainda não conseguimos compreender os ambientes cultural, social, político e econômico como partes pertencentes e simétricas ao mundo “natural”. A promessa do urbanismo da paisagem é o desenvolvimento de uma ecologia do espaço-tempo que aborda todas as forças e agentes atuantes no campo urbano e os enxerga enquanto redes contínuas de inter-relações.

Um modelo exemplar desse tipo de fusão que vem à mente nesse contexto é o diagrama de Louis

Kahn, de 1953, para a circulação veicular na Filadélfia. A respeito do projeto, Kahn escreveu:

*Vias expressas são como rios. Estes rios emolduram a área que devem servir. Os rios possuem Portos. Os Portos são os edifícios-garagem municipais; a partir dos Portos ramifica-se um sistema de Canais que atende o interior; (...) os Canais ramificam-se em vias sem saída que terminam em Píeres; os Píeres servem de entrada para as edificações.* [ix]

Posteriormente, a proposta de Kahn para a *Market Street East* continha um repertório de “portais”, “viadutos” e “reservatórios”, todos assumindo uma nova expressão no campo urbano como figuras icônicas, decoradas com luzes coloridas à noite, permitindo tanto a navegação quanto o controle de velocidade.

Os diagramas de Kahn sugerem a necessidade de técnicas contemporâneas para representar as características fluidas e movidas por processos da cidade, em que a gama completa de agentes, atores e forças que operam em determinado território deve ser levada em consideração, mobilizada e redirecionada. Esse trabalho deve essencialmente encarar a metrópole em sua totalidade como uma arena viva de processos e trocas ao longo do tempo, permitindo que novas forças e relações preparem o terreno para novas atividades e padrões de ocupação. A definição de *terra firma* (firme, não mutante; fixa e definida) dá lugar aos processos de mudança que cruzam e permeiam o campo urbano: *terra fluxus*.

O segundo tema do projeto do urbanismo da paisagem concentra-se no fenômeno da superfície horizontal, do plano térreo, do “campo” de ação. Essas superfícies constituem o plano urbano quando tomadas em níveis bem variados de escala, desde a calçada, passando pela rua, até abarcar toda a matriz infraestrutural das superfícies

urbanas, o que sugere um interesse contemporâneo na continuidade das superfícies, em que tetos e térreos tornam-se um só, a mesma coisa; e é certamente de grande valia na fusão entre paisagem e edificações – o que lembra a colaboração entre Peter Eisenman e Laurie Olin nesta matéria. No entanto, daríamos ênfase a uma segunda interpretação de superfície: a superfície entendida como infraestrutura urbana. A compreensão da superfície urbana está explícita na noção de Rem Koolhaas de que o urbanismo é estratégico e direcionado para a “irrigação de territórios com potencial”. [x] Ao contrário da Arquitetura, que consome o potencial do lugar em seu projeto, a infraestrutura urbana semeia as sementes de futuras possibilidades, preparando a cena tanto para as incertezas quanto para as promessas. A preparação das superfícies para apropriação futura difere de um mero interesse formal na construção de uma única superfície. Ela é bem mais estratégica, dando maior ênfase aos meios do que aos fins e à lógica operacional do que ao projeto composicional.

Por exemplo, ao longo da história, o sistema de grelha demonstrou ser um instrumento operacional especialmente eficiente, disponibilizando estruturas sobre grandes superfícies, permitindo um desenvolvimento flexível e mutante ao longo do tempo, como a grelha imobiliária e de ruas de Manhattan, ou a malha topográfica do Meio Oeste dos Estados Unidos. Nestes exemplos, uma operação formal abstrata caracteriza a superfície, imbuindo-a de especificidades e potencial operacional. Esse tipo de organização empresta legibilidade e ordem à superfície, ao mesmo tempo consentindo autonomia e individualidade a cada parte, e ainda permanecendo aberta a permutações alternativas ao longo do tempo, o que prepara a superfície com ordenamentos e infraestruturas que permitem

uma vasta gama de acomodações, e é indicativo de um urbanismo que se abstém da criação formal de objetos em favor de um trabalho tático de coreografia, uma coreografia de materiais e elementos em sincronia que proporciona novas redes, novas conexões e novas oportunidades.

Esse entendimento da superfície destaca as mudanças de trajetória de populações, dados demográficos e grupos de interesse sobre a superfície urbana; os vestígios deixados pelas pessoas organizam provisoriamente um lugar, de forma diversa em diferentes épocas, em função de vários eventos programáticos, ao mesmo tempo conectando vários desses eventos temporalmente ao longo do território circundante. Isso consiste em uma tentativa de criar ambientes que não são exatamente objetos projetados, mas sim uma ecologia de vários sistemas e elementos que colocam em marcha uma rede variada de interação. Aqui o urbanismo da paisagem funciona como instigador e acelerador, atuando em vastas superfícies de potencial. Essa abordagem, ao mesmo tempo simples e convencional, oferece aos residentes uma gama de configurações programáticas, conforme as mudanças de estações, necessidades e desejos. O impulso deste trabalho está menos voltado para a resolução formal e mais para processos públicos de projeto e de apropriação futura. Uma vez que se preocupa com a evolução da superfície de trabalho ao longo do tempo, este é um tipo de urbanismo que antevê mudanças, flexibilidades e negociações.

Tudo isto, por sua vez, nos leva ao terceiro assunto do urbanismo da paisagem, que consiste no método operacional, ou de trabalho. *Como se pode conceitualizar geografias urbanas que funcionam transversalmente em várias escalas e implicam uma multidão de agentes? Outrossim, para além das questões de representação, como se pode de fato operar ou implementar o trabalho do urbanista,*

*dadas as exigências do desenvolvimento contemporâneo?* Não faltam utopias críticas, entretanto pouquíssimas conseguiram sair do papel. É ao mesmo tempo trágico e irônico que, enquanto projetistas, estejamos todos realmente interessados na densidade das edificações, mas a maior parte dos profissionais que consegue realizar seu trabalho só pode fazê-lo como prestador de serviços, aplicando técnicas projetuais geralmente pouco criativas e críticas. Por outro lado, parece que os visionários continuam sendo muito interessantes e provocadores, no entanto suas utopias recorrentemente fogem do problema da estratégia operacional.

A prática do urbanismo da paisagem comporta muito mais no que tange questões de representação. Acreditamos que o urbanismo da paisagem sugere uma reconsideração das técnicas conceituais, representacionais e operacionais tradicionalmente utilizadas. As possibilidades de vastas alterações de escala de tempo e espaço, do uso combinado de mapas sinóticos a extensos registros acerca das circunstâncias locais, da comparação entre técnicas cinemáticas e coreográficas para notação espacial, de penetração do espaço algébrico digital do computador ao mesmo tempo em que se lida com verniz, argila e tinta de caneta, e de contratação de construtoras e engenheiros lado a lado a pensadores e poetas altamente especializados da cultura contemporânea – todas essas atividades, além de outras mais, parecem essenciais a toda prática real e significativa de projeção urbana sintética. Porém as técnicas disponíveis para cobrir todas essas questões são gravemente deficientes – e esta área, por si só, acreditamos, merece nossa extrema atenção e investigação.

Chegamos, evidentemente, ao quarto tópico do urbanismo da paisagem, que é o imaginário. Simplesmente não faz sentido algum examinar os

tópicos levantados acima por si mesmos. O imaginário coletivo, informado e estimulado pelas experiências do mundo material, deve continuar sendo a principal motivação de todo empreendimento criativo. Em muitos aspectos, o fracasso do planejamento do século XX pode ser atribuído ao empobrecimento absoluto do imaginário relacionado à racionalização otimizada das práticas de desenvolvimento e da acumulação de capital. Os espaços públicos das cidades certamente devem consistir em mais do que apenas uma compensação simbólica, ou veículos para uma atividade genérica chamada “recreação”. Eles são, em primeiro lugar, os recipientes da memória e desejos coletivos e, em segundo lugar, os espaços nos quais a imaginação geográfica e social pode desenvolver novas relações e possibilidades. Materialidade, representação e imaginação não são mundos em separado; mudanças políticas implementadas por intermédio de práticas de construção de lugares devem tanto às esferas representacional e simbólica quanto às atividades materiais. E assim parece que o urbanismo da paisagem é, acima de tudo, um projeto imaginoso, um adensamento do mundo das possibilidades.

Por fim, retornamos à separação paradoxal entre paisagem e urbanismo, na formulação que deu origem a este ensaio. Nenhum dos termos está perfeitamente fusionado ao outro. Acreditamos de fato que este paradoxo não só é inevitável como necessário. Não importa o quanto as medidas delineadas acima sejam ambiciosas e de grande alcance: no fim das contas, sempre haverá portas, janelas, jardins, córregos, maçãs e cafés-expressos. Existe uma intimidade inevitável com as coisas que caracterizam uma experiência urbana rica. O fracasso das escolas mais antigas de urbanismo e dos empreendimentos em escala regional residiu na simplificação em excesso, na redução da

esplêndida riqueza da vida material. Um bom projetista precisa ser capaz de entrelaçar diagramas e estratégias junto com o tátil e o poético. Em outras palavras, a união da paisagem com o urbanismo promete novos funcionamentos de relações e sistemas ao longo de territórios de vastas escalas e possibilidades, situando as partes em relação com o todo; contudo, ao mesmo tempo, a separação entre paisagem e urbanismo reconhece um nível de materialidade, de intimidade e de diversidade que está sempre profundamente inserido dentro da matriz ou campo mais amplos.

Ao mobilizar as novas ecologias de nossas regiões metropolitanas do futuro, o urbanista da paisagem, dotado de senso crítico, não pode deixar de reconhecer a natureza dialética do ser e do tornar-se, das diferenças tanto permanentes quanto transitórias. O jogo lírico entre néctar e Zero-Cal, canto de pássaros e Beastie Boys, vagas das enchentes de primavera e o pingar de torneiras, brejos musgosos e superfícies asfálticas escaldantes, espaços controlados e vastas reservas selvagens, e entre todas as coisas e eventos que ocorrem em momentos regionais de localização bem específica, é justamente a fonte eternamente diversa do enriquecimento e criatividade humanos. Não é possível pensar em melhor *raison d'être* [xi] para persistir no desenvolvimento do urbanismo da paisagem.

---

[i] N. do T.: Tradução literal do inglês Landscape Urbanism.

[ii] LANDSCAPE URBANISM SYMPOSIUM AND EXHIBITION, abril de 1997, Chicago, Graham Foundation. Ver também, por exemplo, meus ensaios em: DASKALAKIS, Georgia; WALDHEIM, Charles; YOUNG, Jason. *Stalking Detroit*. Barcelona: Actar, 2001; MOSTAFAVI, Mohsen; NAJLE, Ciro. *Landscape*

urbanism: A manual for the machinic landscape. London: Architectural Association, 2003; e SHANE, David Graham, Recombinant urbanism. London: John Wiley, 2005.

[iii] JENSEN, Jens. Siftings. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990. Sobre a vida e obra de Jensen, ver GRESE, Robert E. Jens Jensen: Maker of natural parks and gardens. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1992.

[iv] Agência federal das forças armadas americanas que realiza obras públicas.

[v] N. do T.: Fusão das palavras em inglês *city* (cidade) e *landscape* (paisagem).

[vi] GRUEN, Victor. *The heart of four cities: The urban crisis, diagnosis and cure*. New York: Simon and Schuster, 1964. Ver, também, GRUEN, Victor. *Centers for the urban environment: Survival of the cities*. New York: Van Nostrand Reinhold, 1973.

[vii] Ver CHRISTALLER, Walter. *Central Place Theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1966; HILBERSEIMER, Ludwig. *New regional pattern*. Chicago: P. Theobalb, 1949.

[viii] HARVEY, David. *The condition of post-modernity*. Cambridge, England: Blackwell, 1990.

[ix] KAHN, Louis. Philadelphia city planning: Traffic studies. Philadelphia, PA, 1951-1953. Estes desenhos e documentos de projeto estão na Louis Kahn Collection, Architectural Archives of the University of Pennsylvania.

[x] KOOLHAAS, Rem. Whatever happened to urbanism. In KOOLHAAS, Rem; MAU, Bruce. S, M, L, XL. New York: Monacelli, 1995. p. 969.

[xi] N. do T.: “Razão de ser, de existir”, em francês.